

volume

27/1

Dezembro/2021

ICH - UFPel

# História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

dossiê: História, Arte e Patrimônio Cultural: interlocuções na construção do conhecimento histórico

*Ast. Le Primeira d dom # ckel a primeira to dem  
especialidades em doces specialidades em doces  
para casamentos, baptipara casamentos, bapti-  
sados e banquetes. E' asados e banquetes. E' a  
unica depositaria da afuunica depositaria da afu-  
mada Guarana Espumamada Guarana Espuma-  
te e do excellent chocoate e do excellent do  
lato Laeta, fabricados enlato Laeta, fabricados em  
S. Paulo pelos Srs. Zos. Paulo pelos Srs. Zos.  
motta Leancira & Ciapotta Leancira & Ciap-  
A Confeitura Brasileira Confeitura Brasileira  
Ast. Le Primeira d dom # ckel a primeira to dem  
especialidades em doces specialidades em  
para casamentos, baptipara casamentos, bapti-  
sados e banquetes. E' asados e banquetes. E' a  
unica depositaria da afuunica depositaria da afu-  
mada Guarana Espumamada Guarana Espuma-  
te e do excellent chocoate e do excellent do  
lato Laeta, fabricados enlato Laeta, fabricados em  
S. Paulo pelos Srs. Zos. Paulo pelos Srs.  
motta Leancira & Ciapotta Leancira & Ciap-  
A Confeitura Brasileira Confeitura Brasileira*



Hist. Rev. Pelotas Número 27/1 p.1-161 dez. 2021

ISSN 2596-2876





**Obra publicada pela  
Universidade Federal  
de Pelotas**

*Reitora*

Isabela Fernandes Andrade

*Vice-Reitora*

Ursula Rosa da Silva

*Chefe do Gabinete da Reitoria*

Aline Ribeiro Paliga

*Pró-Reitora de Ensino*

Maria de Fátima Cóssio

*Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação*

Flávio Fernando Demarco

*Pró-Reitora de Extensão e Cultura*

Eraldo dos Santos Pinheiro

*Pró-Reitor de Assuntos Estudantis*

Fabiane Tejada da Silveira

*Pró-Reitor Administrativo*

Ricardo Hartlebem Peter

*Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento*

Paulo Roberto Ferreira Júnior

*Pró-Reitor de Gestão de Pessoas*

Taís Ulrich Fonseca

*Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial*

*Presidente do Conselho Editorial:* Ana da Rosa  
Bandeira

*Representantes das Ciências Agrárias:* Victor  
Fernando Büttow Roll (TITULAR) e Sandra  
Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner

*Representantes da Área das Ciências Exatas e da  
Terra:* Eder João Lenardão (TITULAR)

*Representantes da Área das Ciências Biológicas:*  
Rosângela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e  
Francieli Moro Stefanello

*Representantes da Área das Engenharias:*  
Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

*Representantes da Área das Ciências da Saúde:*  
Fernanda Capella Rugno (TITULAR) e  
Anelise Levay Murari

*Representantes da Área das Ciências Sociais  
Aplicadas:* Daniel Lena Marchiori Neto  
(TITULAR), Eduardo Grala da Cunha e  
Maria da Graças Pinto de Britto

*Representante da Área das Ciências Humanas:*  
Charles Pereira Pennaforte (TITULAR),  
Lucia Maria Vaz Peres e Pedro Gilberto da  
Silva Leite Junior

*Representantes da Área das Linguagens e Artes:*  
Lúcia Bergamaschi Costa Weymar  
(TITULAR), Chris de Azevedo Ramil e João  
Fernando Igansi Nunes

*Instituto de Ciências Humanas*

*Diretor:* Prof. Dr. Sebastião Peres

*Vice-Diretora:* Profa. Dra. Andréa Lacerda  
Bachettini

*Núcleo de Documentação História da UFPel –  
Profa. Beatriz Loner*

*Coordenadora:*

Prof<sup>a</sup> Dra. Lorena Almeida Gill

*Membros do NDH:*

Prof<sup>a</sup> Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

*Técnico Administrativo:*

Paulo Luiz Crizel Koschier

*História em Revista* – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica – Prof<sup>ª</sup>. Beatriz Loner

*Comissão Editorial:*

Prof<sup>ª</sup> Dra. Lorena Almeida Gill  
Paulo Luiz Crizel Koschier

*Conselho Editorial:*

Prof<sup>ª</sup> Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).

Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

*Editora:* Lorena Almeida Gill

*Editores do Volume:* Darlan De Mamann Marchi e Luciana da Costa de Oliveira

*Editoração e Capa:* Paulo Luiz Crizel Koschier

*Imagem da capa:* Pousada de carreteiros. Óleo sobre tela. 1921. Pedro Weingärtner.

*Pareceristas ad hoc:*

Amilcar Guidolim (URI – Santo Ângelo) |  
Angela Pomatti (MUHM) | Bárbara Tikami (UNISINOS) |  
Carolina Etcheverry (PUCRS) | Lidiane Elizabete Friderichs (UFPel) |  
Rita Juliana Soares Poloni (UFPel) |  
Olivia Nery (UFPel)

*Editora e Gráfica Universitária*

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 | Fone/fax: (53)3227 8411  
e-mail: editora@ufpel.edu.br

*Edição:* 2021/2

ISSN – 2596-2876

*Indexada pelas bases de dados:* Worldcat Online  
Computer Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso | International Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

**UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas**

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208 -

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

*e-mail:* [ndh.ufpel@gmail.com](mailto:ndh.ufpel@gmail.com)

\* obra publicada em dezembro de 2021.



Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional  
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733  
Biblioteca de Ciências Sociais - UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê: História, Arte e Patrimônio Cultural: interlocuções na construção do conhecimento histórico) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPel - Profa. Beatriz Ana Loner, v.27, n.1, 2021. - Pelotas: UFPel/ NDH, 2021 – 161 p. ; 3,8MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Arte 3. Patrimônio cultural

CDD: 907

---

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)s autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

# O PRÉDIO DO ARSENAL DE GUERRA DE PORTO ALEGRE E A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA E O PARAGUAI: (NOVAS) NARRATIVAS HISTÓRICAS E RESSIGNIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO<sup>1</sup>

THE WAR ARSENAL BUILDING IN PORTO ALEGRE AND THE TRIPLE ALLIANCE WAR AND PARAGUAY: (NEW) HISTORICAL NARRATIVES AND RESIGNIFICATION OF BUILT ASSETS

*Ianko Bett<sup>2</sup>*  
*Paola Natalia Laux<sup>3</sup>*

---

**Resumo:** O artigo tem o objetivo de, em seu escopo mais amplo, identificar aspectos da historicidade da edificação que foi sede do Arsenal de Guerra de Porto Alegre (atuais instalações do Museu Militar do Comando Militar do Sul), colocando em perspectiva suas principais funcionalidades ao longo dos seus mais de 150 anos de existência, com ênfase na participação direta dessa organização militar naquele que até hoje é considerado o maior conflito já realizada em solo sul-americano: a guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. A análise foi conduzida pelo arcabouço teórico instrumentalizado pelos estudos e pesquisas oriundos da denominada “Nova História Militar” a fim de compreender o processo de patrimonialização dos bens culturais militares, no caso específico o prédio atual do Museu Militar, e a sua interface com a análise das narrativas históricas de uma das instituições militares das quais foi suporte (Arsenal de Guerra). O resultado de pesquisa apresentado poderá influenciar diretamente no desenvolvimento da história e na recomposição de novas narrativas ligadas a essa estrutura, estabelecendo novos significados e novas possibilidades com que esse local poderá ser narrado e lembrado no futuro.

**Palavras-chave:** Arsenal de Guerra; Guerra Tríplice Aliança, Narrativas históricas; Patrimonialização

**Abstract:** The article aims, in its broader scope, to identify aspects of the historicity of the building that was the headquarters of the Arsenal de Guerra de Porto Alegre (current installations of the Military Museum of the Southern Military Command), putting its main features into perspective throughout of its more than 150 years of existence, with emphasis on the direct participation of this military organization in what is still considered the biggest conflict ever carried out on South American soil: the war between the Triple Alliance and Paraguay. The analysis was conducted by the theoretical framework instrumentalized by studies and research from the so-called "New Military History" in order to understand the process of patrimonialization of military cultural assets, in the specific case the current Military Museum building, and its interface with the analysis of historical narratives of one of the military institutions he supported (Arsenal de Guerra). The research result presented may directly influence the development of the story and the recomposition of new (and legitimate) narratives linked to this structure, establishing new meanings and new possibilities with which this place can be narrated and remembered in the future.

**Keywords:** Arsenal de Guerra; Triple Alliance War; Historical Narratives; Patrimonialization

---

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 23 de julho de 2021 e aprovado em 01 de novembro de 2021.

<sup>2</sup> Doutor em História pela PUC-RS. iankobett@gmail.com

<sup>3</sup> Mestra em História pela UFRGS. paolanlaux@gmail.com

## Introdução

No dia 31 de julho de 2021, uma matéria veiculada no sítio do Comando Militar do Sul (adiante CMS) dava conta de comunicar o encontro de uma “reliquia” na Rua Sete de Setembro, na proximidade da porta dos fundos do prédio do Museu Militar do Comando Militar do Sul (adiante MMCMS). Uma equipe do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) da cidade de Porto Alegre, realizando trabalhos de rotina, acabou encontrando duas peças de trilhos que eram utilizadas pelo então Arsenal de Guerra de Porto Alegre para o transporte de materiais, em vagonetas, que entravam e saíam da instituição. De acordo com a matéria do CMS, as peças encontradas eram utilizadas pelo Exército Brasileiro “para abastecer com armas, munições, uniformes e mantimentos os navios que partiam do Guaíba para a Guerra do Paraguai. As peças, de 1867, têm 154 anos [...]”.<sup>4</sup>

### Imagem 1



**Fonte:** <<https://www.cms.eb.mil.br/index.php/noticias/reliquia-encontrada-no-centro-historico-de-porto-alegre>>. Acesso em: 10/ago./21.

Um tempo antes, por volta dos anos de 2013/2014, o então diretor do MMCMS solicitou ao Coronel Pedro Paulo Cantalice Estigarribia, reconhecido pintor de telas históricas para as Forças Armadas, que retratasse, como forma de homenagem aos 15 anos

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.cms.eb.mil.br/index.php/noticias/reliquia-encontrada-no-centro-historico-de-porto-alegre>>. Acesso em: 10/ago./21.

da instituição museológica, algum aspecto que pudesse valorizar o patrimônio ligado (direta ou indiretamente) ao Museu. Desse pedido resultou a tela intitulada “*O Imperador em Porto Alegre*”, que passou a ornamentar a entrada do auditório da instituição. A imagem dessa tela (abaixo), posteriormente, foi publicada no livro “*Episódios Militares*” de autoria do pintor, contendo uma legenda explicativa, a qual, cabe destacar, mencionava sobre uma possível visita do Imperador D. Pedro II, por ocasião de sua vinda, em 1865, após a invasão paraguaia em São Borja (ESTIGARRIBIA, 2017), nas obras de ampliação do então Arsenal de Guerra de Porto Alegre, prédio que hoje é a sede do MMCMS.

#### Imagem 2



Fonte: ESTIGARRÍBIA, 2017.

Os dois acontecimentos acima mencionados (o encontro das “reliquias” e a pintura da tela) trazem, em si, a possibilidade de, através da evocação da história, divulgar e valorizar o patrimônio histórico edificado do atual MMCMS. O ponto de contato entre os acontecimentos nessa tentativa, além da evocação do patrimônio material (trilhos e o prédio), insere-se na recuperação de narrativas acerca da participação (efetiva) da 1ª instituição militar a ocupar a edificação (Arsenal de Guerra) no esforço de combate empreendido pelas Forças Armadas brasileiras, uruguaias e argentinas (Tríplice Aliança) contra as Forças Armadas paraguaias entre os anos de 1865 (assinatura do tratado) a 1870 (fim da guerra).

Dessa forma, com base nas questões suscitadas pelas narrativas históricas resultantes do encontro dos trilhos do Arsenal e a pintura da tela “*O Imperador em Porto Alegre*”, o artigo tem o objetivo de, em seu escopo mais amplo, identificar e analisar aspectos da historicidade da edificação que hoje abriga a sede do MMCMS, colocando em perspectiva suas principais funcionalidades ao longo dos seus mais de 150 anos de existência, com ênfase na participação direta do Arsenal naquele que até hoje é considerado o maior conflito já realizado em solo sul-americano, a guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. Com isso pretende-se responder às seguintes perguntas: O que as fontes de pesquisas (disponíveis e consultadas) permitem elucidar sobre a forma (solicitações, autorizações, início, término, motivações) com que se deu a construção do edifício? Existe alguma fundamentação empírica que possa sustentar as recentes manifestações institucionais em relação ao prédio - e ao seu patrimônio - especificamente sobre a sua ligação com a guerra da Tríplice Aliança? O que a historiografia pertinente ao estudo dos Arsenais do Brasil pode esclarecer sobre o funcionamento do Arsenal de Porto Alegre no contexto da guerra da Tríplice Aliança e qual o impacto dessas informações na produção de narrativas históricas e, como consequência, no legado patrimonial?

Para responder às questões supracitadas e atingir os objetivos propostos, a investigação será conduzida pelo arcabouço teórico instrumentalizado pelos estudos e pesquisas oriundos da denominada “Nova História Militar”, a qual ampliou o alcance e os estudos da “tradicional” História Militar, cujas temáticas privilegiadas ficavam circunscritas aos grandes feitos, aos Estadistas, Reis e Generais e nos aspectos táticos e estratégicos das guerras e batalhas. Assim, pelo menos desde o fim dos anos de 1990 no Brasil (e após os anos de 1970 em alguns países), os estudos históricos circunscritos aos temas militares vêm apresentando uma forma muito mais ampla de se analisar os objetos de pesquisa. Passou-se, em grande parte, de uma abordagem factual, estrutural e teleológica para uma abordagem das microrrelações entre as esferas civis e militares, com ênfase nos processos de curta e média duração, em que as questões relacionadas aos aspectos sociais e culturais (e não exclusivamente institucionais) das ações dos sujeitos foram privilegiados.<sup>5</sup>

Neste artigo, os aportes renovadores da historiografia militar serão utilizados como mecanismos de compreensão do processo de patrimonialização dos bens culturais militares, no caso específico o atual prédio do MMCMS, e a sua interface com a investigação

---

<sup>5</sup> Sobre a denominada “Nova História Militar” e a difusão desse campo no Brasil ver em CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004.



sobre as narrativas históricas das instituições militares das quais foi suporte (especificamente do Arsenal de Guerra, que perdurou nas instalações no período de 1867 até 1935).

Assim, antes de nos debruçarmos especificamente sobre as narrativas históricas consequentes da participação do Arsenal de Guerra na guerra da Tríplice Aliança, cabe ressaltar a importância de se conhecer a trajetória dessa instituição como um mecanismo primordial de evidenciar os processos pelos quais, de um modo ou de outro, foram delineadas as tipologias com que ela se apresentou em estrutura, dinamicidade e funcionalidade em determinados contextos. Conhecer a trajetória de qualquer instituição (nesse caso do Arsenal de Porto Alegre) implica, necessariamente, em recuperar um conjunto de elementos (material e imaterial) que devem ser incorporados ao inquérito do pesquisador. (BETT, 2020). Para este artigo, o que está em jogo no processo de estudo da trajetória de uma instituição diz respeito em, fundamentalmente, mapear e analisar os processos constituintes dos elementos que solidificaram (e legitimaram) a noção de pertencimento, ou, em outros termos, aquilo que, quando evocado pela memória dos sujeitos (ou pelas narrativas históricas), em diferentes momentos de uma instituição, permite uma identificação, o estabelecimento de elos de ligação. (BETT, 2020).

Desde os estudos desenvolvidos por Michel Pollak (1989), sabe-se da existência de uma ligação fenomenológica entre a memória e o sentimento de identidade. A memória pode ser considerada enquanto

[...] um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1989, p. 16).

Essa noção de memória ressalta, portanto, um aspecto essencial da sua operacionalidade que consiste em abrir perspectivas de vincular a memória individual com a memória coletiva, ou seja, ao grupo que, em determinado contexto, compartilhou vivências e experiências.

Maurice Halbwachs citado por Pollak (1989), nesse sentido, ainda salienta a importância de se buscar um maior número de pontos de referência que podem ser indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo. Para o autor, é preciso que haja suficientes pontos de contato entre a memória individual e coletiva, pois isso, necessariamente, sedimentará e reforçará os sentimentos de pertencimento.

Nesse aspecto é importante, também, esclarecer e descrever o efetivo lugar (ou lugares) em que as memórias se tornam possíveis. A definição de “lugares de memória”

ganhou múltiplos entendimentos desde que Pierre Nora dirigiu um estudo que resultou em sete volumes destinados a estudar o patrimônio material e imaterial da França. De acordo com José D'Assunção Barros (2009, p. 50), a questão fundamental se deu nos seguintes termos: “Através de que ambientes, de que recursos, de que práticas e representações, de que suportes materiais se produz e se difunde a memória coletiva?”. De uma concepção mais objetiva, que tratava de elencar os lugares de memória resumidos em instituições como Museus, Arquivos e monumentos, a ideia de “lugares de memória” passou a designar um vasto universo de possibilidades. Le Goff, a partir dos estudos de Nora, exemplifica algumas delas:

[...][há] os lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios e arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais, como os manuais, as autobiografias ou as associações. (LE GOFF, 1990, p. 473).

Desta forma, para os propósitos deste artigo, o prédio que outrora pertenceu ao Arsenal de Guerra de Porto Alegre será entendido como um lugar de memória, que vem recebendo diversos aportes de narrativas históricas (legítimas ou não, do ponto de vista do conhecimento histórico), que podem implicar no redimensionamento da memória coletiva acerca da sua funcionalidade, cuja repercussão direta na questão patrimonial pode ensejar digressões positivas e negativas, as quais serão tratadas no decorrer desta análise. Assim, após a demarcação teórica acima, pode-se, da mesma forma, apresentar os aportes metodológicos que balizaram a construção do artigo.

Em primeiro lugar, a análise se debruçou sobre uma revisão historiográfica acerca das questões relativas ao funcionamento dos Arsenais no século XIX no Brasil, com especial atenção para a produção que enfocou o Arsenal de Guerra de Porto Alegre e suas interfaces com o entorno das suas relações (políticas, comerciais, institucionais) com outras esferas do poder imperial (Presidente da Província, Ministério dos Assuntos da Guerra, etc) tanto antes, depois e no próprio contexto da Guerra da Tríplice Aliança. De outra parte, também foram utilizados os dados contidos nas fontes primárias, quais sejam, os relatórios dos Presidentes da Província e seus gráficos, mapas e tabelas anexos aos relatórios presidenciais e ministeriais, assim como um conjunto de imagens disponíveis em diferentes bases arquivísticas.

Após a coleta das informações no âmbito da historiografia e das fontes primárias, as temáticas encontradas - que estiveram circunscritas aos objetivos e problemáticas desse artigo, ou seja, vinculadas diretamente às possibilidades de se

entrecruzarem com a preservação da edificação e aos temas da história militar, no interregno de anos específico da guerra da Tríplice Aliança e o Paraguai - foram separadas textualmente como forma de facilitar o processo de entendimento das etapas que tornam o edifício um importante aporte e difusor da história brasileira.

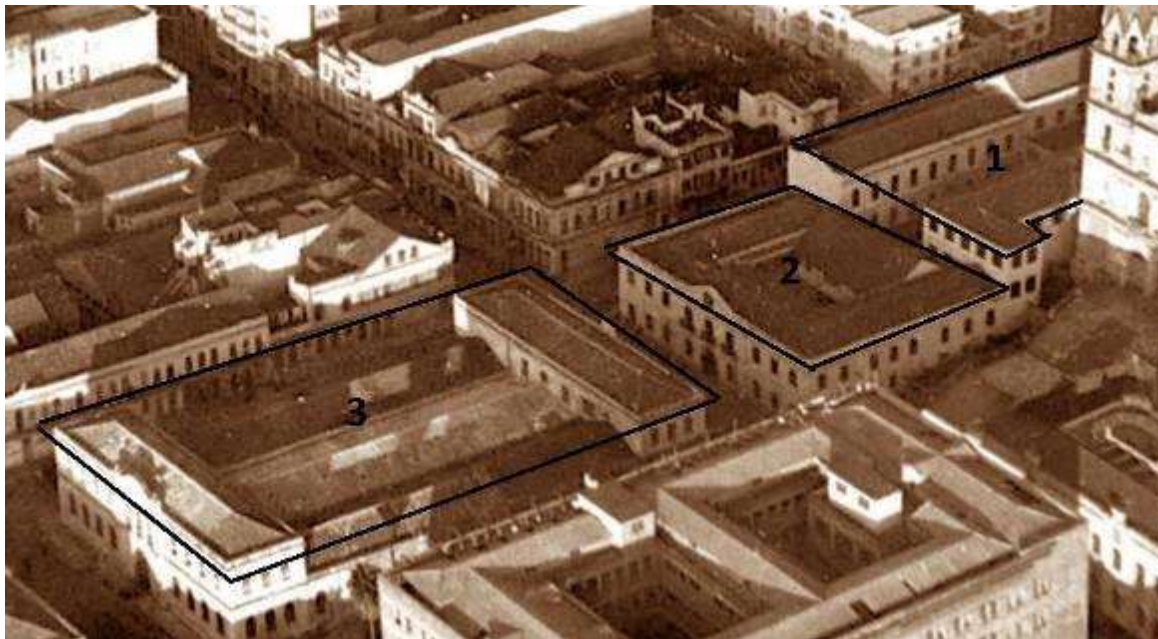
Em que pese pesquisas recentes (CASTRO, 2017; SANTOS, 2018; LAUX, 2020) vêm apresentando novidades no âmbito da funcionalidade dos arsenais de guerra, em especial do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, no contexto do século XIX, ainda não há análises que repercutem a projeção dessas funcionalidades no âmbito de uma narrativa histórica que contemple as questões do legado patrimonial.

Assim sendo, essa pesquisa poderá ser mais um dos mecanismos que possibilitam dar continuidade no esforço de preservação patrimonial do edifício, sendo uma partícipe direta no desenvolvimento da história e na recomposição de novas narrativas ligadas a essa estrutura, estabelecendo novos significados e novas possibilidades com que esse local poderá ser narrado e lembrado no futuro, para além de sua funcionalidade atual. Dessa forma, a presente pesquisa justifica-se pelo seu caráter inédito na forma de tratamento do tema, num processo analítico relacional que contempla os campos do conhecimento da história patrimonial e história militar. E também, por oferecer uma diversidade de possibilidades com que o objeto “prédio do Arsenal” possa ser preservado (materialmente), explorado (historiograficamente) e ressignificado (memorialmente), tendo como fundo de análise as resultantes (legítimas) de sua participação efetiva na guerra da Tríplice Aliança e o Paraguai.

### **Dos “Armazéns Reais” aos “Arsenais”: Considerações sobre a construção do Arsenal de Guerra na cidade de Porto Alegre**

Levando em conta o início dos trâmites burocráticos (detalhados a seguir), o prédio que hoje abriga o MMCMS foi construído entre os anos de 1864 a 1867, durante a guerra da Tríplice Aliança, com a finalidade de se tornar um anexo (depósito de objetos e oficinas) do Arsenal de Guerra da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Sua construção objetivava, entre outras questões, ampliar a capacidade funcional desse Arsenal, cujo conjunto de prédios principais apresentava, desde o fim de 1850, sinais de esgotamento produtivo em função das modestas e precárias instalações. Esse complexo de edificações (ver imagem abaixo) foi a sede do Arsenal até 1935, quando foi transferida de Porto Alegre para a cidade de General Câmara, RS (onde existe atualmente).

**Imagem 3.** Fotografia (por volta dos anos de 1950/60) aérea das edificações que já foram instalações do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, conforme a seguinte legenda: 1- Instalações do Arsenal (a partir de 1828); 2 - Ampliação do Arsenal inaugurada em 1851; 3 - Ampliação do Arsenal inaugurada em 1867, atual prédio do MMCMS



A partir de 1935 até o ano de 2000 o prédio serviu de aquartelamento para diversas Organizações Militares. Somente em 2001 é que passou a sediar o MMCMS. Antes de nos dedicarmos sobre a análise específica das questões referentes às narrativas históricas (possíveis e comprovadas) do Arsenal de Porto Alegre acerca da sua participação na guerra da Tríplice Aliança, é necessário passar em revista a historicidade desse tipo de organização militar (Arsenal), especialmente pela sua importância funcional evidenciada ao longo dos séculos XIX e XX.

No período do século XVII ao século XIX, em que o Brasil ainda era colônia de Portugal, os estabelecimentos que hoje conhecemos como “arsenais” foram importantes instituições militares espalhadas por pontos estratégicos do território brasileiro. Sua função era de assegurar a construção, manutenção e fornecimento de armas, munições, vestimentas e demais equipamentos necessários para manter o Exército Real em defesa do território português.

Para o abastecimento das tropas de terra foi criada uma série de estabelecimentos regionais, inicialmente conhecidos como “trens”. Estes serviriam como armazéns de armas e

munições e se estabeleceram em todo o território: Corte, Colônia de Sacramento, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Pará e Mato Grosso, sendo complementados por depósitos de artigos bélicos nas outras capitânicas da colônia. Suas funcionalidades não se limitavam apenas ao armazenamento, mas também fabricavam e reparavam os mais diversos artigos militares da época.

A consolidação desse modelo se deu com a transformação dos “trens” em “arsenais de guerra” em 1764, o mesmo ano em que foi criado o Arsenal de Guerra de Lisboa (o único de Portugal no período, enquanto que no Brasil havia sete). A criação do Arsenal Real do Exército, em território brasileiro, está relacionada à necessidade de proteção militar da colônia portuguesa.

De acordo com Felipe Pessanha de Almeida (2011), o estabelecimento de oficinas para reparo e armazenamento de material bélico é atribuído a Gomes Freire de Andrade (conde de Bobadela), governador e capitão-general do Rio de Janeiro, que mandou construir, em 1762, a Casa do Trem. Entre 1764 e 1766, as instalações da Casa do Trem foram ampliadas por ordem do vice-rei, d. Antônio Álvares da Cunha (o conde da Cunha), sendo construída a Casa das Armas da Fortaleza da Conceição, recebendo este conjunto a denominação de Arsenal do Trem. O Arsenal Real do Exército também era chamado de Arsenal de Guerra da Corte, Arsenal do Trem de Guerra, Real Trem do Exército, Arsenal do Trem, ou, ainda, Casa do Trem.

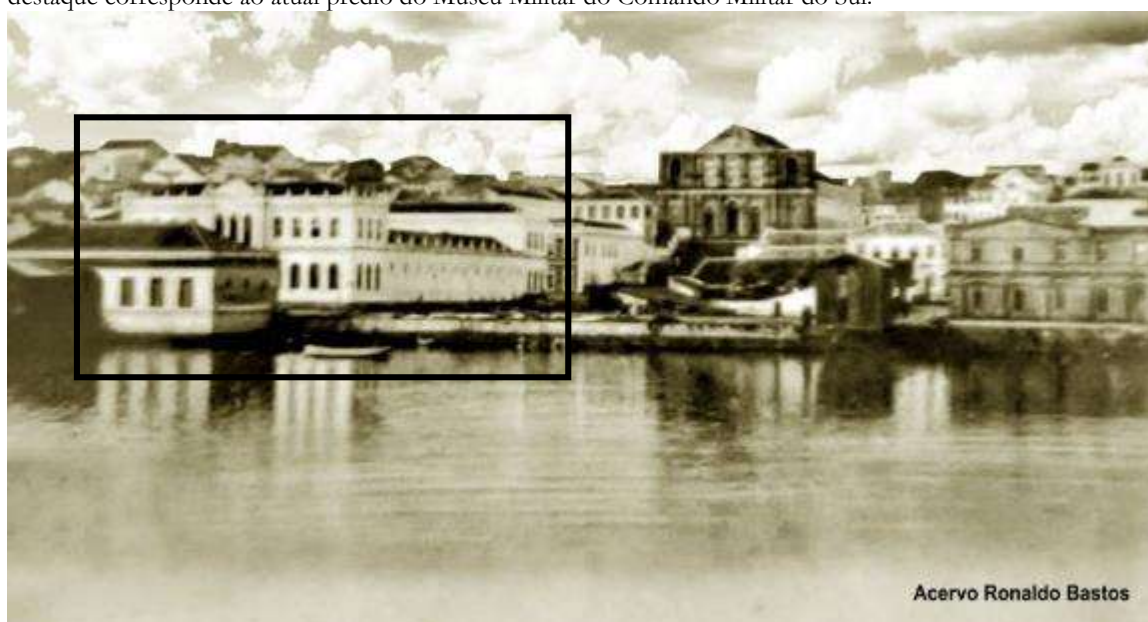
Como consequência direta da transferência da Corte para o Brasil, em 1808, surgiu a necessidade de se reformar e ampliar o sistema de defesa existente na colônia, especialmente na nova sede da Coroa portuguesa, o Rio de Janeiro. Armas e munições se tornaram indispensáveis nesse contexto. Da mesma forma, as restrições até então impostas à atividade industrial foram revistas, o que permitiu um maior desenvolvimento e estruturação do Arsenal, com a vinda de mão de obra especializada da Europa para suas oficinas.

A região hoje ocupada pelo estado do Rio Grande do Sul foi, desde o início da colonização, o palco de diversas campanhas militares. Para ficarmos naquelas do século XIX, podemos citar a campanha das Missões (1801), invasão do Uruguai (1811-1812 e 1816-1818), Campanha Cisplatina (1825 a 1828), Guerra dos Farrapos (1835 a 1845). Mesmo em tempos de paz, o maior contingente militar do Império se encontrava sediado na Província e era necessário provê-lo de recursos, ou seja, papel desempenhado em grande parte pelos arsenais (CASTRO, 2018).

No caso de Porto Alegre, os indícios indicam que entre os anos de 1774 a 1777 surgiram os “Armazéns Reais”, no lugar denominado “Praia do Arsenal”, ou seja, uma zona

litorânea do extremo da península (Rua da Praia até a Igreja das Dores) (SANTOS, 2018), os quais seriam o núcleo inicial do futuro Arsenal de Guerra da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, tendo a proximidade com o Rio Guaíba (ver imagem abaixo) uma posição estratégica para o escoamento da produção. Tratava-se de um conjunto de edificações em que se guardavam os materiais destinados à provisão da tropa e mantinham pequenas oficinas para o reparo do armamento, do equipamento e de embarcações.

**Imagem 4.** O Arsenal de Guerra e sua proximidade com o Rio Guaíba (imagem de 1895). A edificação em destaque corresponde ao atual prédio do Museu Militar do Comando Militar do Sul.



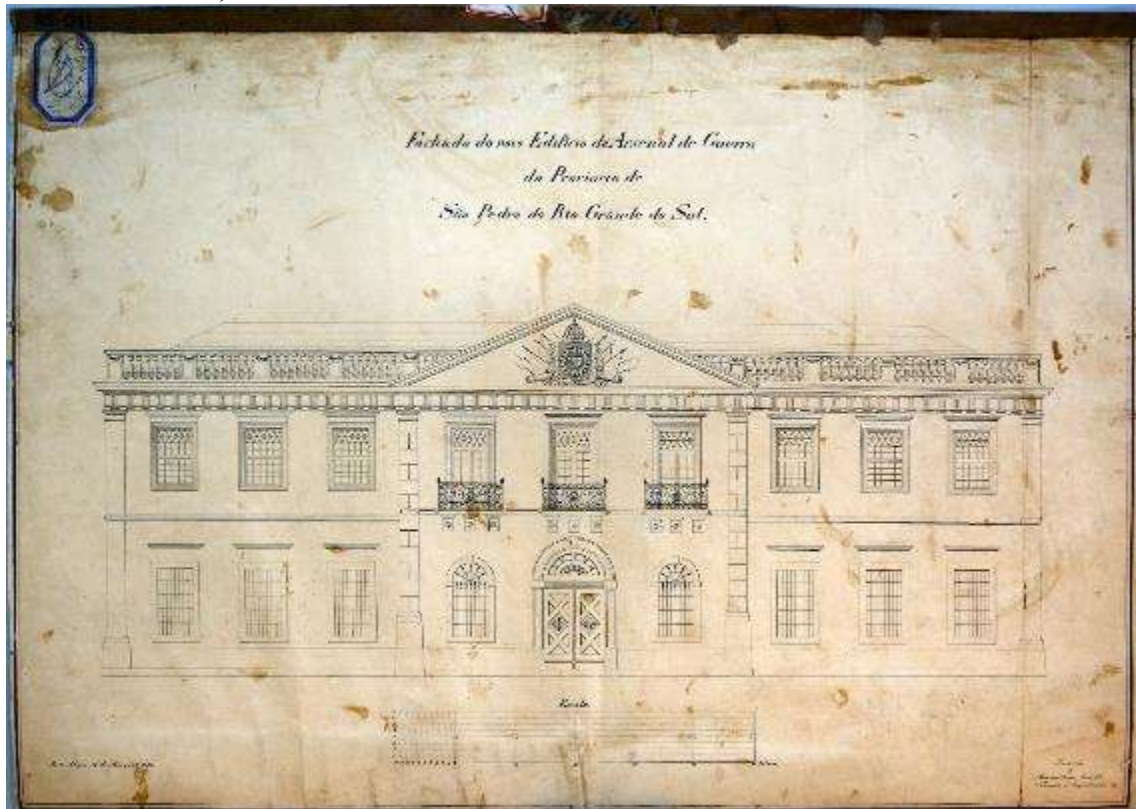
**Fonte:** Acervo Ronaldo Bastos. Disponível em <http://ronaldofotografia.blogspot.com/>

Conforme apontam Santos (2018) e Laux (2020), somente com o decreto de 21 de fevereiro de 1832 é que houve a institucionalização e regulamentação dos Arsenais (da Corte, Bahia, Pará, Pernambuco e do Mato Grosso), incluindo o do Rio Grande do Sul, e de depósitos nas demais províncias. Ainda em agosto de 1832, o estabelecimento passou a ser denominado Arsenal de Guerra da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e o Inspetor de Trem passou a ser o Diretor do Arsenal.

As fontes de pesquisa apontam para o fato de que, desde pelo menos o ano de 1832, já havia vontade das autoridades em aumentar (ou renovar) as instalações do Arsenal. Essas mesmas fontes, entretanto, não permitem inferir maiores informações sobre como se deu o processo de construção do complexo de prédios que formavam o Arsenal em seu período inicial, contudo, a planta de 1832 (abaixo), que apresenta a fachada daquele que seria

o “novo prédio” (que ainda hoje faz parte da paisagem arquitetônica da Rua dos Andradas, no Centro Histórico de Porto Alegre), consiste entre os mais antigos vestígios disponíveis dessa construção. Com esse documento pode-se aludir acerca do esforço empreendido pelas autoridades na expansão e modernização da instituição, que, de fato, foi efetivada somente no ano de 1851.

**Imagem 5.** Fachada do novo Edifício do Arsenal de Guerra de São Pedro do Rio Grande do Sul - Desenhado pelo Ten. Maximiliano Emerich, monocromático, nanquim, escala em palmos, papel canson, bom estado, medindo 64 cm x 47,5 cm.



**Fonte.** ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Mapoteca. Código 1588 (Imagem gentilmente cedida por Adler Homero Fonseca de Castro).

Contudo, foi na própria década de 1850 que surgem os primeiros reclamos, por parte dos diretores do Arsenal, para aquilo que apontavam como esgotamento da capacidade produtiva da instituição em função do pouco espaço disponível, ainda que o projeto da planta de 1832 tenha se concretizado. Os relatórios dos Presidentes da Província desse período mencionam sobre a necessidade de novas instalações, como se pode perceber nesses excertos do relatório de 1855, 1856 e 1859, respectivamente:

É de urgente necessidade a construcção de uma caza terrea espaçosa, e amurada na frente do mesmo Arsenal para serviço das officinas, ficando o edificio existente para deposito, e arrecadação; e a construcção de um porto para embarque, e desembarque dos numerosos objectos, que entrão, e sabem do Arsenal, e com cujo carroto se gasta não pequena somma.<sup>6</sup>

Não obstante algumas obras concluidas no arsenal, e o melhoramento das officinas, não offerece elle ainda as necessarias accomodações para arrecadar todos os objectos, muitos dos quaes se achão no pateo do edificio expostos ao tempo, ou depositados fóra delle.<sup>7</sup>

O seu edificio está bem conservado, mas não é sufficiente para a boa arrecadação, fiscalização e conservação de todos os generos á cargo do almoxarifado, dando em resultado não pequeno prejuizo aos cofres publicos pela deterioração de porção desses generos.<sup>8</sup>

De forma concomitante que surgiram os reclamos sobre a necessidade de expansão do prédio, surgiram também os projetos que possibilitariam essa expansão, especialmente a partir do ano de 1857, quando se deu o início da construção do cais na margem do Rio Guaíba. Essa obra, que ocorreu entre 1857 a 1860, proporcionou a criação de um terreno plano compreendido entre a Rua da Alfândega (atual Sete de Setembro) e a Rua da Praia (atual Rua dos Andradas).

Da intenção inicial, de se construir um telheiro e um guindaste para receber materiais dos navios (conforme excerto do projeto de dezembro de 1857, apresentado na citação abaixo), surgirá, posteriormente, a ideia de construir uma estrutura que também comportasse as oficinas do Arsenal. Nasce, então, a ideia do prédio que começou a ser construído somente no ano de 1865, 5 anos após a conclusão do cais e do aterramento (em 1860), que deixou um terreno plano e livre em frente ao Arsenal.

O caes, projetado para a praça em frente ao Arsenal de Guerra desta capital, tem de ocupar toda a extensão do quadrante entre as ruas Direita [atual Bento Martins] e do Arroio [atual General Canabarro]. Deve ser construído de Alvenaria de pedra

---

<sup>6</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Relatório com que o Dr. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu entregou a presidencia da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Vice-Presidente Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, no dia 30 de junho de 1855. p. 7. Disponível em: <<[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1855\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1855_00001.pdf)>>. Acesso em: 06/out./21. Optamos por manter a grafia original de todos os documentos utilizados ao longo do artigo.

<sup>7</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Relatório com que o Conselheiro Barão de Muritiba entregou a presidencia da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. Presidente e Commandante das Armas, Conselheiro e General Jeronymo Francisco Coelho, em 28 de abril de 1856. pp. 15-16. Disponível em: <<[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1856\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1856_00001.pdf)>>. Acesso em: 06/out./21.

<sup>8</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Relatório do presidente da provincia do Rio Grande do Sul, de 22 de abril de 1859. Anexo do relatório de 04 de maio de 1859. p. 8. Disponível em: <<[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1859\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1859_00001.pdf)>>. Acesso em: 06/out./21.



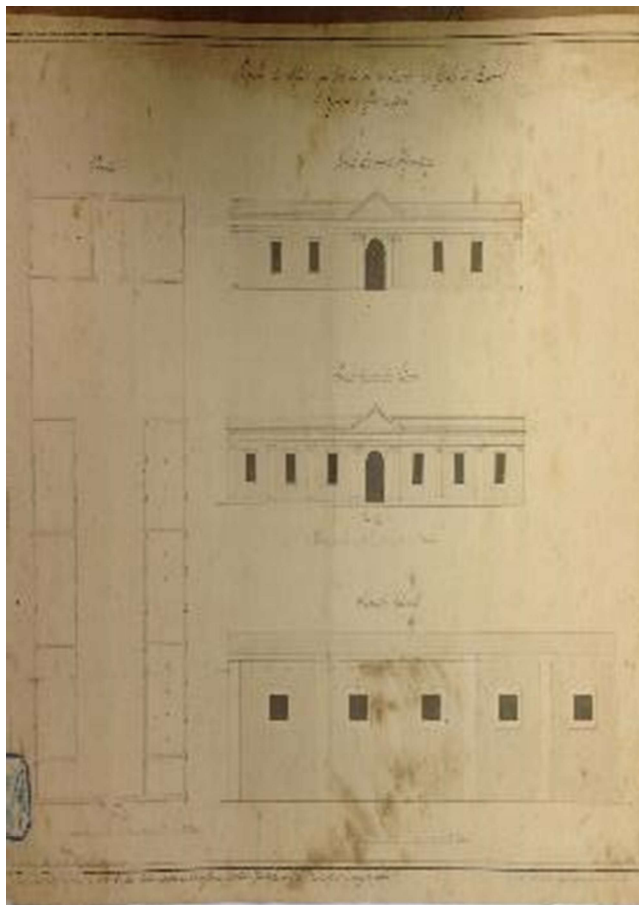
e cal, e revestido de cantaria não só na frente como também dos lados, até a linha do preamar, e desta até a rua da Praia, os muros serão de pedra ensossa. [...] O telheiro, deve ser construído sobre o cais em frente ao arsenal, de sorte que o centro do portão deste, corresponda a daquele. Este telheiro será dividido em três partes, as duas laterais para servirem de armazéns para depósitos dos objetos pertencentes ao Arsenal e quase estão deteriorando, reportou ao tempo, e a central para o serviço de carga e descarga dos volumes que entrarem ou saírem do mesmo Arsenal, para o que terá um guindaste.<sup>9</sup>

Ao contrário do que a data do início da obra (1865) possa sugerir, a ampliação do Arsenal não se deu por causa da guerra, mas apesar dela, haja vista que sua capacidade funcional estava comprometida desde os anos de 1850. Outro indício que vem ao encontro dessa ideia pode ser exemplificado pelo projeto da planta de 1860, a qual foi arquivada em 1862, que guarda muita semelhança com a estrutura que foi efetivamente construída. A planta de 1860, portanto, pode ser inserida em mais uma tentativa de se concretizar a ampliação do Arsenal em resposta aos sucessivos reclamos dos anos anteriores.

---

<sup>9</sup>Trecho extraído do projeto e orçamento do cais no trecho que corresponde ao terreno da frente do Arsenal, com previsão de um telheiro, de 22 de dezembro de 1857. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo Obras Públicas, maço 13. Ofício de SILVA, Luis Manoel Martins ao Presidente da Província, citado por SANTOS, 2018.

**Imagem 6.** Projecto do edificio que tem de ser construído em frente do Arsenal de Guerra para oficinas do mesmo – Feito pelo Cap. Antonio Dias da Costa, copiado pelo Cap. Raymundo M. de S. Everard, em 1862, colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, escala em palmos, papel cansom, telado, bom estado, medindo 75 cm x 53 cm



**Fonte.** AHEX. Mapoteca. Código 1586. Localização 07.04.1586.

Assim, o início efetivo da construção do prédio que hoje abriga o MMCMS se deu após um ano do início das hostilidades contra o Paraguai. Praticamente em menos de três anos (desde a solicitação de autorização para a construção) a edificação ficou pronta, sendo inaugurada em novembro de 1867, conforme atesta o excerto abaixo, retirado do relatório do Presidente da Província de 1868:

Tendo-se concluído o novo edificio destinado ás officinas do arsenal de guerra, **achão-se ellas funcionando nas novas e vastas accomodações do mesmo desde Novembro** [grifos nossos] do anno passado. Nos respectivos intervallos estabelecerão-se alguns armazens suplementares para arrecadação, guarda e conservação dos objetos pertencentes á fazenda nacional. [...] **Resta fazer-se o caes para o embarque e desembarque dos objectos que entrão e saem por**

**aquele estabelecimento, e que não foi levado á effeito por falta de credito na respectiva verba. [grifos nossos]<sup>10</sup>**

As fontes de pesquisas consultadas e a historiografia que já se debruçou sobre o tema demonstram que a construção, em termos dos despachos burocráticos, se deu em etapas, indicando a dificuldade com que a obra foi realizada. Se, por um lado, havia a necessidade de se ampliar o Arsenal em virtude de seu esgotamento produtivo desde a década de 1850, conforme já mencionamos, e também o aumento natural da demanda de seus trabalhos em função do esforço de guerra, por outro lado é preciso considerar que os cofres públicos do Império estavam voltados para a guerra em si. Mesmo assim, a obra foi autorizada a ser realizada durante a guerra, conforme as etapas apresentadas abaixo (SANTOS, 2018, p. 107):

1. Em 16 de novembro de 1864, o Diretor do Arsenal de Guerra pede autorização ao Presidente da Província para o início da obra;
2. Em 14 de janeiro de 1865, o Presidente da Província informa ao Ministro de Negócios da Guerra que autorizou o início da obra;
3. Em 14 de fevereiro de 1865, o Ministro de Negócios da Guerra responde ao Presidente da Província autorizando a realização da obra.

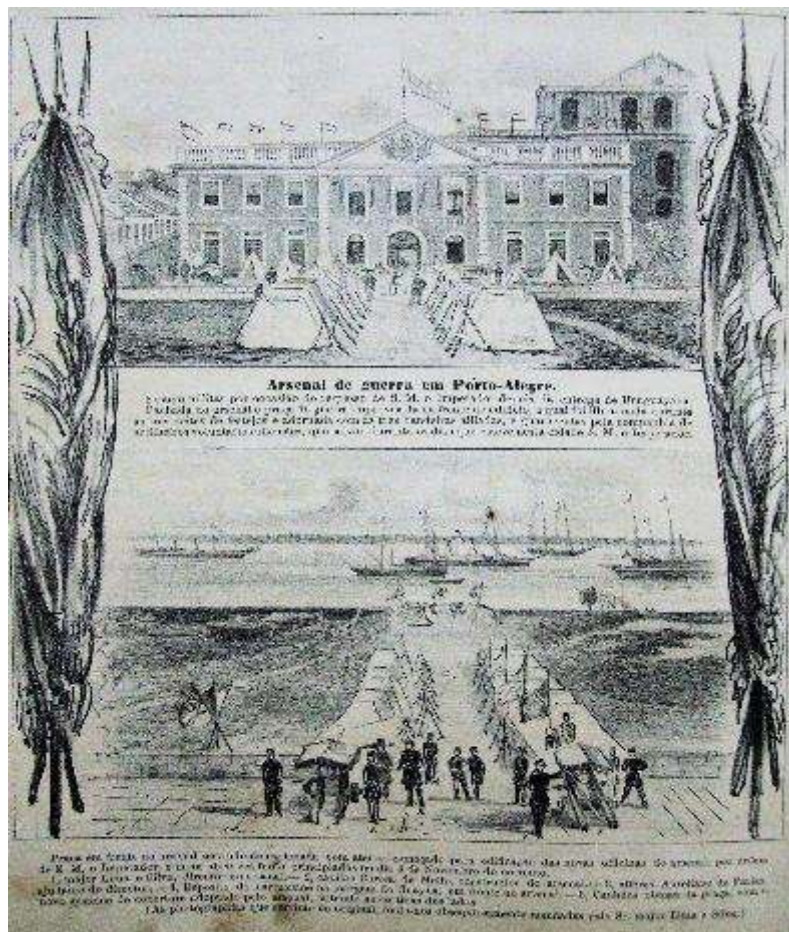
Meses depois das autorizações de 1865, um acontecimento, diretamente relacionado com a guerra da Tríplice Aliança, ajuda a entender qual o estágio em que a obra se encontrava. Trata-se da passagem do Imperador D. Pedro II pela Província do Rio Grande do Sul com destino à Uruguiana, por ocasião da expulsão das tropas paraguaias (após a invasão de São Borja), em julho de 1865. No retorno da sua passagem pela fronteira, em novembro, D. Pedro II desembarcou novamente em Porto Alegre. Como forma de apresentar as boas-vindas à comitiva imperial, o Arsenal de Guerra foi o palco de uma homenagem que compreendia tiros de salvas e ornamentação, inclusive durante o período noturno.

A Revista “A Semana Ilustrada” dedicou uma página inteira (com duas imagens) sobre essa iniciativa, a qual se torna um documento fundamental para compreender o panorama dessa região de Porto Alegre, mas, sobretudo, para que se possa entender o processo de construção do atual prédio do MMCMS.

<sup>10</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello, passou a administração d'esta provincia ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1o Vice-Presidente, no dia 13 de abril do anno de 1868. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1868\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1868_00001.pdf)>. Acesso em: 06/out./21.

Como se pode verificar nas imagens abaixo e em suas respectivas legendas, em fins de 1865 estavam construídas apenas as primeiras fundações do novo prédio, as quais tiveram início em novembro daquele ano. Isso significa que uma das narrativas contemporâneas (D. Pedro II visitando as obras do Arsenal em 1865) materializada na tela “*O Imperador em Porto Alegre*” do Coronel Estigarribia (2017), apresentada na introdução deste artigo, e que sugere o Imperador visitando as obras do Arsenal, não possui conexão com a realidade histórica:

Imagem 7.



**Fonte.** HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Revista Semana Ilustrada*. nº 260. De 10 de dezembro de 1865. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/702951/per702951\\_1865\\_00260.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/702951/per702951_1865_00260.pdf)>. Acesso em: 10/ago./21.

Dando sequência nas etapas de construção do prédio, em 23 de setembro de 1866 o Presidente da Província escreve para o Ministro de Negócios da Guerra informando

da paralisação da obra em função da não abertura de novos créditos de obras militares no Tesouro da Fazenda. Nesse mesmo ofício, o Presidente da Província solicita um novo aporte financeiro e justifica que, em função da obra ainda não estar coberta, poderia se perder aquilo que já estava pronto (SANTOS, 2018).

Em 6 outubro de 1866, o Ministro de Negócios da Guerra responde ao Presidente da Província informando da liberação de vinte mil contos de réis (20:000\$000) e recomenda “singeleza nas obras” e que haja uma redefinição nos planos de construção de modo que o edifício seja “alto, porém térreo”, e que se observe “toda a economia”. Em 18 de janeiro de 1867, o Ministro dos Negócios da Guerra autoriza mais dois créditos. O primeiro de 26:090\$830 para o pagamentos dos serviços realizados e o segundo crédito no valor de 51:949\$840 para a conclusão das obras (SANTOS, 2018).

Mesmo que a obra tenha sido inaugurada oficialmente em novembro de 1867, conforme o trecho do relatório de 1868 apresentado anteriormente, as mesmas fontes indicam que ela não foi concluída por inteiro. Ainda que a planta topográfica de Porto Alegre (1868)<sup>11</sup> apresente as edificações do Arsenal tangenciando a margem do Guaíba (imagem abaixo) faltava, ainda, a construção do trapiche e do cais, os quais, imprimiriam maior facilidade e operacionalidade no recebimento e distribuição dos objetos do Arsenal.

---

<sup>11</sup> Ver em FIALHO, 2010.

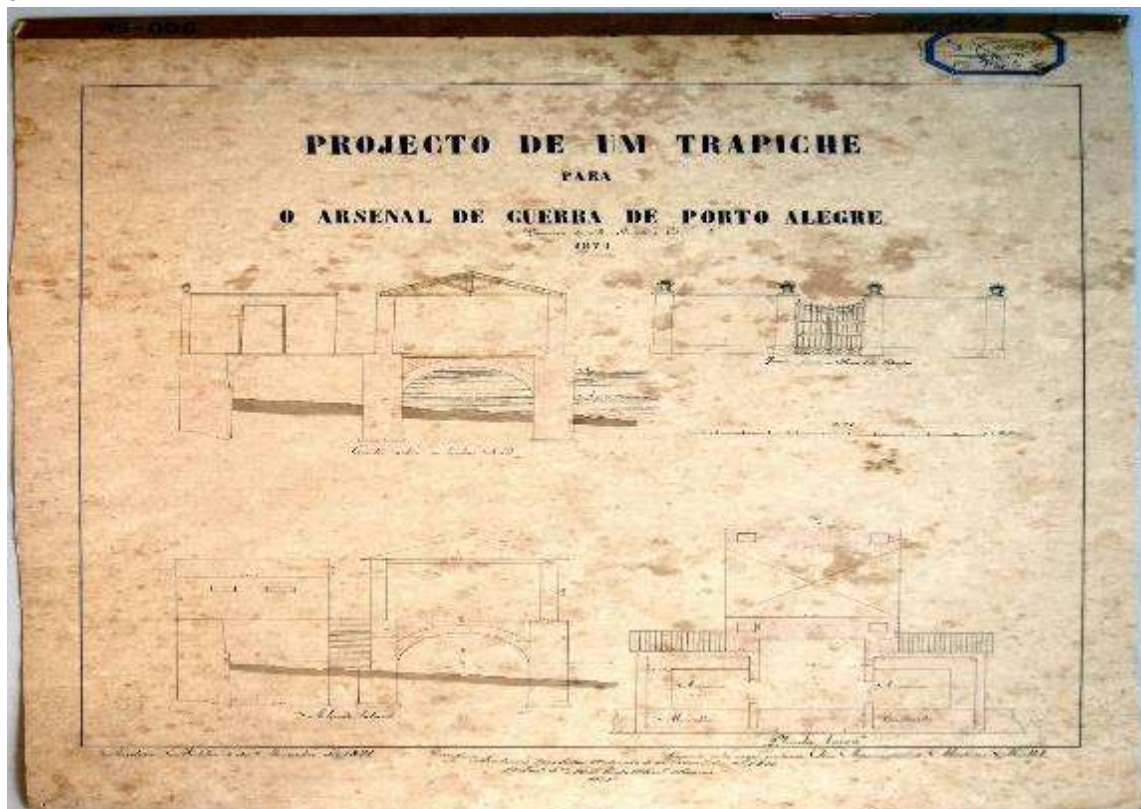
**Imagem 8.** As edificações destacadas em vermelho correspondem aos dois prédios principais do complexo do Arsenal de Guerra de Porto Alegre.



Fonte. FIALHO, 2010.

Deve-se ressaltar que, no próprio relatório de 1868, mencionado anteriormente, ficou exposto que a falta de crédito foi o principal fator que impediu a construção do trapiche. As fontes de pesquisa consultadas ainda não permitem comprovar a data específica de quando essa obra foi efetivamente levada a cabo. Entretanto, é possível obter alguma estimativa através de dois tipos de documentos. O primeiro, que consiste no projeto do trapiche, de 1871 (imagem abaixo) e, o segundo, os relatórios do Ministério da Guerra.

**Imagem 9.** PROJECTO DE UM TRAPICHE PARA O ARSENAL DE GUERRA DE PORTO ALEGRE PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL – Copiado pelo Major João Nepomuceno de Medeiros Mallet, colorido, nanquim, aquarela, tinta colorida, com escala, papel canson, telado, bom estado, medindo 43 cm x 58 cm



**Fonte.** ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Mapoteca. Código 1587. Localização 07.04.1587 (Imagem gentilmente cedida por Adler Homero Fonseca de Castro).

A data do projeto acima (1871) é conclusiva no sentido de se afirmar que o trapiche não foi concluído durante a guerra da Tríplice Aliança (que finalizou em 1870). De outra parte, no relatório do Ministério da Guerra, de 1873, é possível verificar que até a data da sua apresentação na câmara dos deputados, a obra também não havia sido realizada:

Continuando a se fazer sentir a necessidade de um trapiche para embarque e desembarque de volumes que com material do Exército transitão por esta repartição, cujo plano e orçamento forão enviados pelo meu antecessor e deve existir na 1ª secção da directoria do Archivo Militar, aproveito a opprtunidade para lembrar quanto urge a realização de semelhante obra.<sup>12</sup>

<sup>12</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Relatório apresentado á assembléa geral legislativa na segunda sessão da decima quinta legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra João José de Oliveira Junqueira. 1873, p. 5. Disponível em: <<[http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950\\_1873\\_00002.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1873_00002.pdf)>>. Acesso em 06/out./21.

Já o trecho abaixo, extraído do relatório de 1874 (também do Ministério da Guerra), permite concluir que a construção foi efetivada no ano de 1873. Sua conclusão, portanto, se deu após a guerra.

No Rio Grande do Sul fizeram-se reparos e concertos no quartel do 4º batalhão de infantaria, na Enfermaria Militar, no Laboratorio Pyrotechnico, na officina de machinas e outras dependencias do Arsenal [...] e **construção de um trapiche no Arsenal** [grifos nossos]. Estas obras importaram em 63:275\$638.<sup>13</sup>

Essas considerações permitem que a outra narrativa histórica evocada na contemporaneidade (de que os trilhos encontrados na atual Rua Sete de Setembro teriam sido usados durante a guerra), descrita na introdução do artigo, também seja questionada. Os trilhos em questão eram usados em função das vagonetas que transportavam os objetos (especialmente os mais pesados) que entravam ou saiam do Arsenal, até ou desde as suas oficinas. Assim sendo, na medida que até 1873 (ano em que o trapiche foi construído) a porta do Arsenal, da rua Sete de Setembro, margeava as águas do Guaíba (como é possível verificar na imagem nº 07), não havia a necessidade do usos de trilhos nesse local.

Ainda que não seja possível encontrar qualquer referência mais específica nas fontes, pode-se afirmar que o assentamento dos trilhos se deu no período compreendido entre a construção do trapiche (1873) e a década de 1920, tendo em vista que um álbum de fotografias do Arsenal, com imagens dessa época, demonstra os trilhos (com vagonetas) já instalados no pátio central do Arsenal e a continuação dessa linha de trilhos na saída da porta da atual rua Sete de Setembro.

---

<sup>13</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Relatório apresentado á assembléa geral legislativa na terceira sessão da decima-terceira legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra João José de Oliveira Junqueira em 06 de maio de 1974. p. 55 Disponível em: <<[http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950\\_1874\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1874_00001.pdf)>>. Acesso em 06/out./21.



**Imagem 10.** pátio central do Arsenal de Guerra na década de 1920, que demonstra os trilhos para os transportes de vagonetas



**Fonte.** Acervo fotográfico do MUSEU MILITAR DO COMANDO MILITAR DO SUL.

**Imagem 11.** Fotografia da frente da Rua Sete de Setembro do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, onde é possível verificar os trilhos que atravessavam a rua.



**Fonte.** MUSEU MILITAR DO COMANDO MILITAR DO SUL. Álbum do Acervo Fotográfico.

Dessa parte do artigo, portanto, pode-se concluir que os trilhos encontrados pela empresa de água e esgoto de Porto Alegre, ao contrário do que foi divulgado na matéria do sítio do CMS, não podem ser evocados como objetos (possivelmente patrimonializados no futuro) representantes do esforço de guerra das Forças Armadas brasileiras na campanha contra as forças paraguaias.

### **O prédio do Arsenal e a guerra da Tríplice Aliança e o Paraguai: (Novas) possibilidades de narrativas históricas e a resignificação do patrimônio edificado**

A guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai foi o maior conflito armado já registrado na América do Sul e um dos maiores do mundo à época. Sem dúvida, essa contenda transformou radicalmente as estruturas política, econômica e social dos países beligerantes. Estima-se que, do lado da Tríplice Aliança<sup>14</sup> lutaram cerca de 175 mil soldados (sendo 139 mil brasileiros), dos quais, aproximadamente, 71 mil morreram em decorrência da guerra (50 mil brasileiros). No lado paraguaio, seu exército foi praticamente destruído em sua totalidade e a população reduzida em aproximadamente 60%. (DORATIOTO, 2002).

Apenas com base nesses números já é possível perceber a grandiosidade do esforço logístico que precisou ser empreendido pelos exércitos no sentido do abastecimento das tropas em combate, considerando, evidentemente, as condições da época. Somente o Rio Grande do Sul, entre Voluntários e Guardas Nacionais, contribuiu com aproximadamente 33 mil soldados. (DORATIOTO, 2002).

Em virtude de sua finalidade enquanto organização militar coube ao Arsenal de Guerra de Porto Alegre participar ativamente do esforço de guerra. Nesse sentido, a guerra da Tríplice Aliança repercutiu decisivamente nas atividades da instituição, fazendo com que diversas práticas fossem revistas e/ou ampliadas (LAUX, 2020). Cabe destacar que o Arsenal também supria outras instâncias além do próprio exército de linha, como, por exemplo, o Quartel de Inválidos, os hospitais e enfermarias militares e a Colônia Militar de Caseros (LAUX, 2020). Isso significa que a demanda de trabalho cresceu significativamente a ponto de a instituição buscar outras formas de suprir as necessidades da tropa em combate.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> A Tríplice Aliança foi firmada em um tratado assinado em 1º de maio de 1865.

<sup>15</sup> Cabe mencionar que algumas das alternativas encontradas para suprir as demandas do conflito contra o Paraguai já haviam sido utilizadas em outros contextos, como foi o caso da utilização de costureiras durante a Guerra dos Farrapos. (LAUX, 2020).

No caso dos fardamentos, por exemplo, a partir de pesquisas recentemente desenvolvidas, é possível apontar que havia, pelo menos, cinco formas para a sua obtenção e produção: 1) através da própria oficina de alfaiates; 2) do recebimento dos produtos enviados pelo Arsenal de Guerra da Corte; 3) abertura de editais em jornais; 4) distribuição de costuras para mulheres e 5) doações (LAUX, 2020). Os números de alguns fardamentos obtidos através do relatório do ano de 1867 (LAUX, 2020) podem nos dar uma ideia da intensidade dos trabalhos realizados pelo Arsenal de Porto Alegre durante a guerra:

blusas de brim – 3033; - ditas de panno – 3052;- bonets de dito, redondos e oleados – 857; 373, 480;- barbicachos – 274; - blusas de beata azul – 391; - capas de brim branco para bonets – 107; - calças de brim branco [sic] – 5083; - camisas de algodão – 4961; - chapéus de Braga – 2040; - calças de panno – 3382; - cothurnos (pares) – 2419; - mantas de lã – 1326; - ponches de panno – 3176; - sapatos (pares) – 4447; - sobrecasacas de panno – 125.<sup>16</sup>

Conforme mencionado acima, a historiografia pertinente ao tema aponta que, em relação à produção de fardamentos, havia costureiras que executavam esses serviços a preços tabelados, recebendo os tecidos já cortados. De acordo com Paola Laux (2020), as costuras deveriam ser, preferencialmente, distribuídas para cidades ou povoados que possuíssem fácil e rápida comunicação com Porto Alegre, de forma que os custos com o transporte pudessem ser reduzidos. Além disso, havia indicação da Presidência da Província no sentido de evitar a monopolização dos trabalhos nas mãos de pouca mulheres, priorizando viúvas e órfãs de combatentes da guerra, muito provavelmente, para que estas pudessem complementar o soldo (dos combatentes) e prover seu sustento.

Um dos capítulos mais instigantes em relação ao Arsenal de Guerra de Porto Alegre no período da guerra consiste na permanência de prisioneiros paraguaios no Arsenal de Porto Alegre (especialmente uma parcela dos que se renderam em Uruguaiana, em 1865), eram enviados para outras províncias do Império, principalmente para a Corte, no Rio de Janeiro. Os prisioneiros que chegaram ao Arsenal de Porto Alegre foram incorporados, inicialmente, à Companhia de Menores Aprendizes para, em seguida, sob o argumento de uma melhor adaptação, serem incluídos nas Companhias de Operários Militares. Não é possível ter certeza de quais serviços eram realizados pelos paraguaios no Arsenal, mas pode-se afirmar que eles desempenharam algumas funções recebendo, inclusive, soldo e

<sup>16</sup> Trecho extraído do Relatório enviado pelo Tenente-Coronel Joaquim Jeronymo Barrão, Diretor-Interino do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, em 27 de fevereiro de 1868. Anexo n. 6 - Demonstração de todos os artigos de fardamento, armamento, equipamento e etc, fornecidos por este arsenal de guerra ao exercito contra o Paraguay, desde o 1o de Janeiro até 31 de Dezembro de 1867. p. 21. Citado por LAUX, 2020, p.68.

gratificações, talvez como forma de incentivo à correta execução dos trabalhos sob suas responsabilidades (LAUX, 2020 e FERREIRA, 2011).

O fato de termos a informação de que os prisioneiros paraguaios, durante a guerra da Tríplice Aliança, foram incorporados à Companhia de Menores Aprendizes e à Companhia de Operários Militares do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, proporciona que mais um aspecto, referente às possibilidades de narrativas históricas em relação à edificação, seja aqui explorado, não necessariamente circunscrito à guerra em si, mas através da forma como a instituição realizou suas obrigações funcionais nesse contexto.

Para isso, no entanto, é preciso recuperar, ainda que brevemente, de que forma eram estabelecidas as Oficinas de Menores Aprendizes dos Arsenais brasileiros. A lei de 21 de fevereiro de 1832, que normatizou o funcionamento dos Arsenais de Guerra do Império, também regulamentou o funcionamento das Escolas de Menores Aprendizes nessas instituições. As Cias de Menores recebiam meninos, com idade entre 8 a 12 anos, que poderiam ser admitidos a fim de aprender um ofício. De acordo com a historiografia pertinente ao tema (CASTRO, 2017; SANTOS, 2018), tratava-se, sobretudo, de um importante papel político e social que poderia compreender três finalidades concomitantes, de acordo com os interesses e organização do Estado Imperial em determinados contextos.

Em primeiro lugar, pode-se considerar como um projeto de caráter assistencialista, em que a inserção dos menores como aprendizes visava retirá-los de uma condição de vida precária, oportunizando ensino de melhor qualidade. Vale lembrar que, em algumas regiões da província havia pouca ou nenhuma oferta de vagas para letramento. Também, é preciso considerar o caráter da formação profissional, que visava a manutenção da mão de obra especializada para o trabalho no Exército, fornecendo, assim, um ofício aos futuros artífices militares. E, por fim, o caráter de controle social, que, ao retirar os menores das ruas, possivelmente sujeitos a todo o tipo de vícios e de se tornarem prejudiciais à ordem pública, fornecia todo um aparato para os tornarem produtivos à nação.

A inserção destes menores dentro do Arsenal de Guerra poderia se dar através de solicitação e comprovação de pobreza por parte dos pais ou dos tutores legais. Alguns menores adentraram no estabelecimento militar mediante pedidos das Câmaras Municipais para a admissão de expostos da Santa Casa de Misericórdia, além de existir um número de vagas fixo para os menores dos aldeamentos indígenas. De acordo com Santos (2018), entre os anos de 1850 a 1870, ocorreram um total de 216 pedidos de admissão de menores para as classes de aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre.

No Arsenal de Porto Alegre as Escolas de Menores Aprendizes começaram a funcionar a partir do regulamento provincial de 25 de fevereiro de 1848. Existiam duas classes de menores: a Classe Geral, mantida pelo Império; e a Classe Provincial, mantida pelos cofres provinciais. O regime funcionava no sistema de internato (com liberação em finais de semana, dia de festas e feriados), sendo que as crianças recebiam tudo o que era necessário para sua subsistência como, por exemplo, alimentação (três vezes ao dia), fardamento, alojamento e materiais de estudo.

O relatório do Presidente da Província do ano de 1852 nos fornece uma ideia bastante precisa sobre a quantidade de alunos das classes de menores aprendizes.<sup>17</sup> Nesse ano, o Arsenal de Porto Alegre contava com um total de 106 menores, sendo 56 sustentados pelos cofres provinciais e 50 pelos cofres gerais do Império. Levando em conta que nesse mesmo período o Arsenal de Porto Alegre tinha aproximadamente 100 operários militares, podemos perceber a importância da profissionalização destes menores e que a utilização de sua mão de obra nos serviços prestados, durante os seus aprendizados, eram de extrema importância para a manutenção e fabricação dos materiais e objetos manufaturados no Arsenal de Porto Alegre.

As atividades de instrução eram realizadas durante o dia, sendo que, em um dos turnos, o aprendizado era restrito às oficinas existentes nos Arsenais sob a supervisão dos mestres e contramestres de cada especialidade. Já no outro turno, os meninos ficavam sob os cuidados de um pedagogo que lhes supria a educação primária com os mesmos padrões de ensino usado no contexto do Império. Portanto, além do aprendizado de um ofício, os meninos também recebiam aulas de geometria e desenho linear, gramática, primeiras letras e música. Ainda que esses menores recebessem instrução militar básica, eram considerados aprendizes, não podendo ser empregados em serviços militares, guardas ou funções semelhantes.

Importante mencionar que, quando esses menores completavam 18 anos, poderiam assentar praça em quartéis ou, até mesmo, na própria Companhia de Operários Militares, que passou a funcionar no Arsenal de Porto Alegre no ano de 1866, através do decreto 3555, de nove de dezembro de 1865 (SANTOS, 2018). A incorporação dos menores nessa Companhia pode ser entendida como uma forma de suprir a necessidade de mão de obra especializada nas oficinas dos Arsenais, especialmente no contexto da guerra da Tríplice

---

<sup>17</sup> Um ponto interessante sobre as Companhias de Menores do Arsenal de Porto Alegre é o fato de que os gastos com os meninos, bem como o desenvolvimento de seus aprendizados (entre outras informações) eram registrados com frequência e repassados para a Presidência da Província.

Aliança, onde a capacidade da instituição foi levada ao extremo pela grande demanda resultante do conflito. Cabe destacar, por outro lado, que a incorporação dos menores às Companhias pode ser entendida como uma forma de retribuição (com trabalho e conhecimento) desses meninos em face do investimento proporcionado com educação, vestimenta, alimentação, moradia e cuidados médicos. (SANTOS, 2018; LAUX, 2020).

De outra parte, Simone Ferreira (2011) chama atenção para o fato de, a partir de 1865, ter diminuído a solicitação de inclusão de menores nas escolas de aprendizes do Arsenal e aumentado o número de incorporação forçada de menores “capturados” pelo chefe de Polícia. Uma das hipóteses da autora é de que o contexto de guerra e o receio de envio de menores para o conflito pode ter influenciado na diminuição de voluntários, ao mesmo tempo em que pode ter aumentado o alcance da repressão contra aqueles considerados “vadios”, passíveis da autuação policial. Corroborando com essa ideia a constatação, também da autora, de que houve, também no contexto da guerra, um relativo aumento de menores aprendizes (com idade menor que 18 anos) das Classes provincial e imperial, que assentaram praça (deixaram de ser aprendizes para se tornarem soldados) precocemente na Companhia de Operários. Nas palavras da autora (2011, p. 11):

Parece que, desta forma, se mascara o envio de jovens com 15 e 16 anos de idade aos campos de batalha da Guerra da Tríplice Aliança. Ou seja, mesmo sem realmente estarem preparados para assentar praça, os meninos foram “dados” como prontos, para que não se enviassem aprendizes e sim praças. Desta maneira, o exército/governo não estaria enviando aprendizes, mas sim soldados.

Tendo em vista esses dados/informações apresentados, é possível afirmar, sem sombra de dúvidas, que, no período da guerra, o relacionamento entre o Arsenal e diversas instâncias da sociedade porto-alegrense ficou marcado pelo conjunto de atividades desenvolvidas, atingindo, de diversas formas (sustento, trabalho, empregos) um número considerável de pessoas, as quais, de forma direta e indireta, somaram-se aos combatentes no esforço de guerra.

### **Considerações finais**

O artigo demonstrou que a participação direta do Arsenal de Guerra de Porto Alegre na guerra da Tríplice Aliança e o Paraguai permite, através da pesquisa histórica, o investimento analítico em uma série de narrativas que podem influenciar diretamente no processo contínuo de preservação, valorização e investigação da sesquicentenária edificação, que hoje é ocupada pelas instalações do MMCMS.

Nesse sentido, o artigo permitiu verificar que a valorização patrimonial do prédio não deve estar limitada somente pela sua idade, mas, especificamente, pela forma com que suas instalações foram, direta e indiretamente, o local de intensas e profundas relações sociais, políticas e econômicas que envolviam diversas instâncias institucionais e diversos sujeitos com os mais distintos papéis sociais (desde os menores aprendizes, passando pelos prisioneiros de guerra paraguaios, pelos operários militares, pelas costureiras, pelos comerciantes, chegando aos Diretores e Presidentes da Província).

As relações supracitadas podem ser evidenciadas desde a própria autorização para a construção do prédio, que coincidiu com a participação do Brasil no maior conflito militar de sua história, até a forma como o Arsenal estendia suas funcionalidades para além de suas oficinas. O exemplo do feitiço de fardamentos (e tudo aquilo que envolvia, especialmente a participação de mulheres no processo de costura) nos anos da guerra, pode ser representativo da complexidade inerente aos modos produtivos do século XIX. Assim como - outro exemplo - a presença de menores aprendizes na instituição também é mais um dos componentes que ajuda a ressignificar o status qualitativo dessa edificação, na medida em que o Arsenal pôde contribuir decisivamente no desenvolvimento profissional e cognitivo de inúmeros jovens que frequentaram essa instituição.

O apontamento, ainda que resumido, das etapas com que se deram a construção do prédio que hoje é a sede do MMCMS, é indicativo da importância histórica que essa edificação representa no âmbito do patrimônio cultural, não só nos limites institucionais (do Exército Brasileiro), mas na própria cidade de Porto Alegre. Para um observador mais atento, suas características arquitetônicas, de estilo neoclássico, se sobressaem em meio à modernidade do seu entorno. A largura, comprimento e estilo das janelas e aberturas, o estilo do gradil das aberturas, largura das paredes, altura do pé direito, a simetria da sua composição estrutural, os adornos da parte superior, são aspectos que remetem a um outro tempo, em que existiam outras formas de se pensar, conceber e projetar a construção de prédios e edificações como um todo.

Além disso, sua estrutura também remete para outro tempo das próprias relações sociais e da forma de se organizar e gerir a parte daquilo que hoje é conhecido por “*logística militar*” (grifos nossos), em tempos de paz e de guerra. Não é por acaso, nesse sentido, um padrão arquitetônico que primava pela funcionalidade, dado que, além de produtor e recuperador de objetos bélicos, o então Arsenal de Guerra também tinha como uma de suas tarefas escoar, com agilidade e eficiência, os artefatos que lhe cabiam. Estar localizado na

beira de um rio (hoje aterro) e possuir trilhos para transporte de vagonetas em seu interior e exterior corroboram com essa ideia.

Assim sendo, sem a pretensão de esgotar as possibilidades analíticas inerentes ao tema, o artigo apresentou, com base nas fontes de pesquisas elencadas, uma diversidade de possibilidades com que o objeto “prédio do Arsenal” possa ser preservado (materialmente), explorado (historiograficamente) e ressignificado (memorialmente), tendo como fundo de análise as resultantes de sua participação efetiva na guerra da Tríplice Aliança e o Paraguai e as narrativas históricas circunscritas a esse contexto: a própria construção do prédio (reclamos, solicitações, autorizações, motivações), a atuação e funcionalidade do Arsenal na guerra propriamente dita, e, por fim, a presença de escolas de menores aprendizes e a especificidade de sua força de trabalho, incluindo, nesse bojo, a presença de prisioneiros de guerra paraguaios.

### Referências Bibliográficas/Fontes de Pesquisa

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Mapoteca. Código 1588. Localização 07.04.1588. **Fachada do novo Edifício do Arsenal de Guerra de São Pedro do Rio Grande do Sul** - Desenhado pelo Ten. Maximiliano Emerich, monocromático, nanquim, escala em palmos, papel canson, bom estado, medindo 64 cm x 47,5 cm.

\_\_\_\_\_. Mapoteca. Código 1587. Localização 07.04.1587. **Projecto de um trapiche para o Arsenal de Guerra de Porto Alegre Província do Rio Grande do Sul**. Copiado pelo Major João Nepomuceno de Medeiros Mallet, colorido, nanquim, aquarela, tinta colorida, com escala, papel canson, telado, bom estado, medindo 43 cm x 58 cm.

\_\_\_\_\_. Mapoteca. Código 1586. Localização 07.04.1586. **Projecto do edificio que tem de ser construído em frente do Arsenal de Guerra para oficinas do mesmo** – Feito pelo Cap. Antonio Dias da Costa, copiado pelo Cap. Raymundo M. de S. Everard, em 1862, colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, escala em palmos, papel canson, telado, bom estado, medindo 75 cm x 53 cm.

BARROS, José D'Assunção. História e Memória - uma relação na confluência entre Tempo e Espaço. **Mouseion**. vol.3, n°5.jan/jul. 2009.

BASTOS, Ronaldo Marcos. Porto Alegre: **Uma história Fotográfica**. Disponível em <<http://ronaldofotografia.blogspot.com/>> Acesso em 10/ago./21.

BETT, Ianko. Descontinuidade, acontecimento e memória: a construção do histórico de organizações militares do Exército Brasileiro sob as premissas da teoria e metodologia da pesquisa histórica. In: **Anais do III Encontro de História Militar e II Colóquio de Pesquisas do Grupo de Estudos em História Militar do MMCMS (GEHM-MMCMS)** [recurso eletrônico]: 29, 30 e 31 de outubro de 2019 / Ianko Bett, Paola Natalia Lau e



Bárbara Tikami de Lima (org.) – Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2020.

ALMEIDA, Felipe Pessanha. Arsenal Real do Exército. In: **Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Colonial (1500-1822)**. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=2540>>. Acesso em: 01/ago./21.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de Castro. O Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 28, p. 163-181, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Pré-indústria e governo no Brasil**: iniciativa de industrialização a partir do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, 1808-1864. 633 f. Tese (Doutorado em História Comparada). UFRJ: Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Rio de Janeiro, 2017.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CENTER OF RESEARCH LIBRARIES. **Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <[http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio\\_grande\\_do\\_sul](http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul)>. Acesso em: 10/ago./21.

DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ESTIGARRIBIA, Pedro Paulo Cantalice. **Episódios militares**. 2 ed. Porto Alegre: Quatro Estações, 2017.

FERREIRA, Simone Becker. **Os aprendizes do Arsenal de Guerra – Porto Alegre 1860 a 1870**. TCC (Especialização em História do Brasil). Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2011.

FIALHO, Daniela Marzola. **Cidades visíveis**: para uma história da cartografia como documento de identidade urbana. Tese (Doutorado). UFRGS: Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2010.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. **Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263>>. Acesso em: 10/ago./21.

\_\_\_\_\_. **Relatórios do Ministério da Guerra**. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-ministerio-guerra/720950>>. Acesso em: 08/ago./21.

\_\_\_\_\_. **Revista Semana Illustrada**. n° 260. De 10 de dezembro de 1865. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/702951/per702951\\_1865\\_00260.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/702951/per702951_1865_00260.pdf)>. Acesso em: 10/ago./21.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LAUX, Paola Natalia. **Logística para o combate**: As relações político-militares no âmbito do Arsenal de Guerra de Porto Alegre durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Dissertação (Mestrado) UFRGS: Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2020.

MUSEU MILITAR DO COMANDO MILITAR DO SUL. **Acervo Fotográfico**. Álbuns diversos.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

SANTOS, Maicon Lopes dos. **“Úteis a si mesmos e a Pátria”**: as classes de menores aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre/RS (1850-1870). Dissertação (Mestrado). PUCRS: Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

**SÍTIO DO COMANDO MILITAR DO SUL**. Disponível em: <<https://www.cms.eb.mil.br/index.php/noticias/reliquia-encontrada-no-centro-historico-de-porto-alegre>>. Acesso em: 10/ago./21.